

Bruxelas, 4 de junho de 2026
(OR. en)

10127/26

ECOFIN 736
UEM 214
SOC 324
EMPL 153
COMPET 683
ENV 626
EDUC 208
ENER 325
JAI 737
GENDER 64
JEUN 105
SAN 401
ECB
EIB

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	3 de junho de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 211 final
Assunto:	Recomendação de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da Croácia

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 211 final.

Anexo: COM(2026) 211 final



Bruxelas, 3.6.2026
COM(2026) 211 final

Recomendação de

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO

sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da Croácia

{SWD(2026) 211 final}

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO

sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da Croácia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 121.º, n.º 2, e o artigo 148.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 3.º, n.º 3,

Tendo em conta a recomendação da Comissão Europeia,

Tendo em conta as resoluções do Parlamento Europeu,

Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité do Emprego,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Financeiro,

Tendo em conta o parecer do Comité da Proteção Social,

Tendo em conta o parecer do Comité de Política Económica,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (UE) 2024/1263 especifica os objetivos do quadro de governação económica, que visa promover finanças públicas sólidas e sustentáveis, um crescimento sustentável e inclusivo e a resiliência, através de reformas e investimentos, bem como prevenir a ocorrência de défices orçamentais excessivos. O regulamento estabelece que o Conselho e a Comissão realizam uma supervisão multilateral no contexto do Semestre Europeu em conformidade com os objetivos e requisitos estabelecidos no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O Semestre Europeu inclui, nomeadamente, a formulação, e a supervisão da aplicação das recomendações específicas por país.
- (2) Em 16 de julho de 2025, a Comissão adotou a sua proposta de Regulamento que cria o Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para o período de 2028-2034 e que altera o Regulamento (UE) 2023/955 e o Regulamento (UE, Euratom) 2024/2509⁽²⁾. A proposta visa aumentar a eficácia do financiamento da

¹ Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho (JO L, 2024/1263, 30.4.2024, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2024/1263/oj>).

² Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para o período 2028-2034 e que altera o Regulamento (UE) 2023/955 e o Regulamento (UE,

União ao reduzir a fragmentação da arquitetura financeira, e apoiar os Estados-Membros na coordenação das respetivas políticas económicas, em conformidade com o artigo 175.º do TFUE.

- (3) Em 25 de novembro de 2025, a Comissão adotou um parecer sobre o projeto de plano orçamental da Croácia para 2026. Na mesma data, com base no Regulamento (UE) n.º 1176/2011, a Comissão adotou o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2026, em que não identificou a Croácia como um dos Estados-Membros em relação aos quais seria necessária uma apreciação aprofundada. A Comissão adotou ainda uma recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, uma recomendação de recomendação do Conselho sobre o capital humano na União Europeia e uma proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego de 2026, que analisa a aplicação das Orientações para o Emprego e dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O Conselho adotou a Recomendação sobre a política económica da área do euro⁽³⁾ em 21 de abril de 2026, e o Relatório Conjunto sobre o Emprego e a Recomendação sobre o capital humano em 9 de março de 2026.
- (4) Em 29 de janeiro de 2025, a Comissão publicou a Bússola para a Competitividade, um quadro estratégico que visa impulsionar a competitividade global da União nos próximos cinco anos. O Semestre Europeu está em consonância com a Bússola para a Competitividade e assegura a coerência das políticas económicas dos Estados-Membros com os objetivos estratégicos da Comissão, criando uma abordagem unificada da governação económica que promove o crescimento sustentável, a inovação e a resiliência em toda a União.
- (5) Em 2026, o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas continua a desenvolver-se paralelamente à execução da fase final do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)⁽⁴⁾. Os planos de recuperação e resiliência (PRR), juntamente com o financiamento da política de coesão, têm sido essenciais para concretizar as prioridades estratégicas no âmbito do Semestre Europeu, uma vez que os planos tinham de dar uma resposta eficaz a todos ou a uma parte significativa dos desafios identificados nas correspondentes recomendações específicas por país formuladas em ciclos recentes. Além disso, os programas financiados pela política de coesão europeia tinham de ter em conta as recomendações específicas por país. À medida que o MRR se aproxima do termo da sua vigência, continua a ser essencial para manter as reformas e os investimentos apoiados e executados no seu âmbito, em especial os que contribuem para dar resposta aos desafios identificados nas recomendações específicas por país.
- (6) Em 3 de junho de 2026, a Comissão publicou o relatório específico de 2026 relativo à Croácia. Nesse relatório, avaliou os progressos realizados pela Croácia em resposta às correspondentes recomendações específicas por país e fez o balanço da execução, pela Croácia, do PRR. Com base nesta análise, o relatório por país identificou os desafios mais prementes que a Croácia enfrenta. O relatório avaliou igualmente os progressos realizados pela Croácia na execução do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na

Euratom) 2024/2509, COM(2025) 565 final. A proposta de regulamento está atualmente em fase de negociações com os legisladores.

³ JO C, C/2026/2434, 28.4.2026, ELI: <http://data.europa.eu/eli/C/2026/2434/oj>.

³

⁴ Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (JO L 57 de 18.2.2021, p. 17, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2021/241/oj>).

consecução das grandes metas da União em matéria de emprego, competências e redução da pobreza, bem como na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

- (7) Em 21 de janeiro de 2025, o Conselho, com base na avaliação e na recomendação da Comissão, adotou uma recomendação que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da Croácia⁽⁵⁾. O plano abrange o período de 2025 a 2028 e apresenta um ajustamento orçamental repartido ao longo de quatro anos. O Conselho recomendou as seguintes taxas máximas de crescimento das despesas líquidas: 6,4 % em 2025, 4,9 % em 2026, 4,1 % em 2027, e 3,7 % em 2028, o que corresponde às taxas de crescimento cumulativas máximas calculadas por referência ao ano-base de 2023 de 26,2 % em 2025, 32,3 % em 2026, 37,8 % em 2027, e 42,9 % em 2028.
- (8) A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas repercussões constituem um desafio existencial para a União Europeia. A Comissão convidou os Estados-Membros a solicitarem a ativação da cláusula de derrogação nacional do Pacto de Estabilidade e Crescimento de forma coordenada, a fim de apoiar os esforços da UE para alcançar um aumento rápido e significativo das despesas com a defesa⁽⁶⁾, tendo esta proposta sido acolhida favoravelmente pelo Conselho Europeu de 6 de março de 2025. Na sequência do pedido da Croácia, em 8 de julho de 2025, o Conselho, sob recomendação da Comissão, adotou uma recomendação que autoriza a Croácia a desviar-se das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas recomendadas⁽⁷⁾. O período em que a cláusula de derrogação nacional é ativada (2025-2028) permite à Croácia rever as prioridades em matéria de despesa pública ou aumentar as receitas públicas, de modo a que um aumento duradouro das despesas com a defesa não ponha em risco a sustentabilidade orçamental a médio prazo.
- (9) Em 7 de maio de 2026, a Croácia apresentou o seu relatório anual de progresso de 2026⁽⁸⁾ sobre o cumprimento das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas recomendadas e a execução de reformas e investimentos tendentes a resolver os principais desafios identificados nas recomendações específicas por país do Semestre Europeu. O relatório anual de progresso reflete igualmente os relatórios semestrais da Croácia sobre os progressos realizados na execução do seu plano de recuperação e resiliência, em conformidade com o artigo 27.º do Regulamento (UE) 2021/241.
- (10) O crescimento do PIB real em 2025 foi de 3,4 % e a inflação medida pelo IHPC situou-se nos 4,4 %. Nas suas previsões da primavera de 2026, a Comissão aponta para um crescimento do PIB real de 2,7 % em 2026 e de 2,5 % em 2027 e para uma inflação medida pelo IHPC de 4,6 % em 2026 e de 2,7 % em 2027.

⁵ Recomendação do Conselho, de 21 de janeiro de 2025, que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da Croácia (JO C, C/2025/638, 10.2.2025, ELI: <https://eur-lex.europa.eu/eli/C/2025/638/oj>).

⁶ Comunicação da Comissão — Criar possibilidades para um aumento das despesas com a defesa no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, Bruxelas, 19 de março de 2025, C(2025) 2000 final.

⁷ Recomendação do Conselho, de 8 de julho de 2025, que autoriza a Croácia a desviar-se das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas determinadas pelo Conselho ao abrigo do Regulamento (UE) 2024/1263 (Ativação da cláusula de derrogação nacional) (JO C, C/2025/3985, 20.8.2025, ELI: <https://eur-lex.europa.eu/eli/C/2025/3985/oj>).

⁸ Os relatórios anuais de progresso de 2026 estão disponíveis em: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-and-fiscal-governance/stability-and-growth-pact/preventive-arm/annual-progress-reports_en?prefLang=pt.

- (11) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat⁽⁹⁾, o défice das administrações públicas da Croácia aumentou de 2,3 % do PIB em 2024 para 3,0 % em 2025. O aumento do défice em 2025 reflete principalmente um aumento do investimento financiado a nível nacional, dos salários da função pública e das despesas com assistência social. Com base nas medidas políticas conhecidas à data da sua finalização, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para um défice de 2,9 % do PIB em 2026 e de 2,7 % do PIB em 2027.
- (12) Com base nas estimativas da Comissão, em 2025, a orientação orçamental⁽¹⁰⁾, que inclui as despesas financiadas tanto a nível nacional como da UE, foi expansionista em 1,6 % do PIB. Prevê-se que seja contracionista em 2026 e 2027, em 0,3 % e 0,9 % do PIB, respetivamente.
- (13) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat⁽¹¹⁾, a dívida das administrações públicas da Croácia diminuiu de 57,4 % do PIB no final de 2024 para 56,3 % do PIB no final de 2025. Com base nas medidas políticas conhecidas à data da sua finalização, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para uma diminuição do rácio dívida/PIB para 55,9 % até ao final de 2026 e para 55,6 % até ao final de 2027.
- (14) Com base nos dados do Eurostat⁽¹²⁾, a despesa total das administrações públicas no setor da defesa na Croácia ascendeu a 1,5 % do PIB em 2025, o que corresponde a um aumento de 0,5 pontos percentuais do PIB em comparação com o ano de referência de 2021. De acordo com as previsões da primavera de 2026 da Comissão, deverá atingir 1,6 % do PIB em 2026, o que corresponde a um aumento de 0,6 pontos percentuais do PIB em comparação com 2021.
- (15) A União continua a enfrentar riscos de perturbações do aprovisionamento energético e de elevada volatilidade dos preços, exacerbadas por tensões geopolíticas que afetam os mercados mundiais do petróleo e do gás. A experiência adquirida com a crise energética de 2022-2023 demonstrou que medidas abrangentes e não específicas implicam elevados custos orçamentais e são social e economicamente ineficientes. Desde o início da guerra no Médio Oriente, em fevereiro de 2026, a Croácia adotou medidas de política orçamental para atenuar o impacto dos elevados preços da energia nas famílias e nas empresas⁽¹³⁾. Estas incluem uma redução não orientada do imposto especial de consumo sobre o gasóleo, que expira em 18 de maio de 2026, bem como um apoio específico aos transportes públicos de passageiros, à agricultura, às pescas, à aquicultura e à indústria com utilização intensiva de energia, que expira em 30 de setembro de 2026. De acordo com as previsões da primavera de 2026 da Comissão, o custo orçamental destas medidas deverá ascender a 0,1 % do PIB em 2026. Segundo as estimativas da Comissão, se estas medidas permanecessem em vigor até ao final de 2026, o seu custo orçamental ascenderia a 0,2 % do PIB em 2026.

⁹ Euroindicadores do Eurostat, 22 de abril de 2026.

¹⁰ A orientação orçamental é definida como uma medida da variação anual da situação orçamental subjacente das administrações públicas. Visa avaliar o impulso económico decorrente das políticas orçamentais financiadas tanto a nível nacional como pelo orçamento da UE. A orientação orçamental é medida como a diferença entre: i) o crescimento potencial a médio prazo e ii) a variação das despesas primárias líquidas de medidas discricionárias em matéria de receitas, incluindo as despesas financiadas por apoio não reembolsável (subvenções) do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e de outros fundos da União.

¹¹ Euroindicadores do Eurostat, 22 de abril de 2026.

¹² Eurostat, despesas públicas de acordo com a classificação das funções das administrações públicas (COFOG).

¹³ Tal reflete a situação à data de finalização das previsões da primavera de 2026 da Comissão (4 de maio de 2026).

- (16) Com base nos cálculos da Comissão, as despesas líquidas na Croácia cresceram 10,9 % em 2025 e, cumulativamente, 30,1 % em 2024 e 2025. O crescimento das despesas líquidas em 2025 é superior à taxa máxima de crescimento recomendada, o que corresponde a um desvio de 1,8 % do PIB em termos anuais. Considerando 2024 e 2025 em conjunto, a taxa de crescimento cumulativa das despesas líquidas é também superior à taxa máxima de crescimento recomendada, correspondendo a um desvio de 1,4 % do PIB em termos cumulativos. Tendo em conta a flexibilidade para o aumento das despesas com a defesa prevista na cláusula de derrogação nacional, o desvio cumulativo das despesas líquidas ascende a 0,9 % do PIB.
- (17) Com base nos cálculos da Comissão, as despesas líquidas na Croácia deverão crescer 5,7 % em 2026 e, cumulativamente, 37,5 % em 2024, 2025 e 2026. O crescimento previsto das despesas líquidas em 2026 é ser superior à taxa máxima de crescimento recomendada, o que corresponde a um desvio ligeiramente superior a 0,3 % do PIB em termos anuais. Considerando 2024, 2025 e 2026 em conjunto, a taxa de crescimento cumulativa prevista das despesas líquidas é também ser superior à taxa máxima de crescimento recomendada, correspondendo a um desvio de 1,6 % do PIB em termos cumulativos. Tendo em conta a flexibilidade para o aumento das despesas com a defesa prevista na cláusula de derrogação nacional, considerando 2024, 2025 e 2026 em conjunto, o desvio cumulativo previsto das despesas líquidas ascende a 1,0 % do PIB.
- (18) Nos próximos anos, as finanças públicas estarão sujeitas a uma pressão crescente devido ao aumento das necessidades de despesa para investimentos produtivos, ao envelhecimento da população, à adaptação às alterações climáticas, à defesa, à dupla transição e a outras prioridades concorrentes. Por este motivo, justifica-se que a Croácia melhore a qualidade e a eficiência da despesa pública e dê prioridade aos investimentos favoráveis ao crescimento, nomeadamente a nível local. Embora a Croácia tenha feito progressos no reforço do seu quadro orçamental, nomeadamente através da criação de uma unidade de revisão da despesa no Ministério das Finanças em 2022, o âmbito e a transparência das revisões das despesas continuam a ser limitados. As revisões das despesas são reconhecidas como um instrumento útil para identificar ganhos de eficiência e sobreposições de programas, e as poupanças realizadas em consequência podem ser reafetadas para fazer face aos novos desafios orçamentais emergentes, como os anteriormente salientados. A saúde e a educação são setores em que a Croácia poderia alargar a utilização de revisões das despesas, uma vez que as despesas são relativamente elevadas, mas os resultados são comparativamente inferiores aos dos Estados-Membros homólogos. Justifica-se igualmente uma revisão exaustiva da gestão do pessoal da administração pública, tendo em conta o aumento do emprego público, a par da persistente falta de pessoal em funções críticas da administração central. Esta situação sugere uma afetação ineficaz de recursos, que poderia ser resolvida através de uma otimização específica da mão de obra e de uma reafetação estratégica. A Croácia tem também uma cobertura de seguro globalmente baixa para os riscos climáticos. Por este motivo, a compensação é concedida numa base *ad hoc*. A fim de continuar a assegurar um financiamento adequado, a Croácia poderia integrar ainda mais os riscos orçamentais relacionados com o clima no planeamento orçamental.
- (19) A introdução da faturação eletrónica obrigatória em janeiro de 2026 no âmbito da reforma «Fiscalisation 2.0» e a transformação digital em curso da administração fiscal contribuirão para melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e reduzir a economia

paralela, sendo já visíveis tendências positivas nos dados do primeiro trimestre de 2026. Ao mesmo tempo, a Croácia renuncia a um montante significativo de receitas devido às despesas fiscais, que ascenderam a mais de 4 % do PIB em 2023. Além disso, as despesas fiscais nem sempre são eficazes na consecução dos objetivos políticos pretendidos. Por exemplo, as despesas com o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, em especial os abonos de família, parecem beneficiar mais os trabalhadores que auferem rendimentos salariais elevados. As despesas com o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) podem também ser ineficientes e mal orientadas para a redução das desigualdades; em especial, a taxa reduzida do IVA para hotéis e restaurantes tem um impacto regressivo. Por último, condições complexas podem comprometer a eficácia das despesas relacionadas com o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o que aponta para a possibilidade de simplificar determinadas despesas fiscais e a sua administração. A Croácia beneficiaria de uma análise exaustiva das despesas fiscais para identificar e reformular aquelas que não atingem eficazmente os objetivos políticos pretendidos, incluindo a redistribuição dos rendimentos ou os incentivos ambientais.

- (20) A Croácia poderia aumentar de forma mais ampla a eficácia e a progressividade do sistema fiscal, nomeadamente através do reforço da conceção da tributação de imóveis. Foram dados passos importantes com as recentes reformas da tributação de imóveis. No entanto, o quadro atual continua a ter um âmbito limitado, uma vez que se aplica apenas a imóveis desocupados e secundários e se baseia predominantemente na localização e na dimensão, e não no valor de mercado. A introdução de uma componente baseada no valor de mercado e o alargamento progressivo da base tributável de modo a abranger um leque mais vasto de imóveis, tendo devidamente em conta a capacidade contributiva dos contribuintes, contribuiriam para aumentar as receitas e assegurar uma afetação mais equitativa e eficiente da carga fiscal. Reforçaria igualmente os incentivos para colocar as habitações desocupadas no mercado da habitação.
- (21) A participação sistemática, significativa e atempada dos órgãos de poder local e regional, dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas pertinentes continua a ser essencial para assegurar uma ampla apropriação com vista à execução bem-sucedida dos instrumentos de financiamento da União, bem como no contexto do Semestre Europeu.
- (22) O ritmo de execução dos programas da política de coesão, que incluem o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo para uma Transição Justa (FTJ), do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) e do Fundo de Coesão (FC) na Croácia é superior à média da UE, tanto em termos de seleção de projetos como de pagamentos. É importante manter a dinâmica atual, maximizando simultaneamente o impacto dos investimentos no terreno. A Croácia já está a tomar medidas no âmbito dos seus programas da política de coesão para impulsionar a competitividade e o crescimento. No entanto, alguns domínios podem exigir um maior reforço, incluindo os relacionados com a inclusão social, a desinstitucionalização, a descarbonização dos transportes e a implantação de energias renováveis, bem como a economia circular. Ao mesmo tempo, a Croácia tem de acelerar a execução do FTJ, uma vez que os recursos deverão ser desembolsados até ao final de 2026. É essencial assegurar que os novos investimentos identificados pela Croácia na sua revisão intercalar dos fundos da política de coesão, nomeadamente os relacionados com as

cinco prioridades identificadas no regulamento relativo à revisão intercalar¹⁴), sejam realizados de forma rápida e eficaz.

- (23) A Croácia enfrenta desafios em múltiplas frentes interligadas, incluindo um setor público de investigação e inovação fragmentado, estruturas de governação complexas e um ambiente empresarial condicionado por encargos regulamentares, processos de licenciamento morosos e os prazos de pagamento entre empresas mais longos da UE. As infraestruturas digitais nas zonas rurais e insulares estão aquém das médias da UE. Os progressos em matéria de economia circular, renovação de edifícios e implantação de energias renováveis continuam a ser limitados, agravados pela fragmentação dos procedimentos administrativos. Do ponto de vista social, a pobreza e a desigualdade de rendimentos continuam a ser elevadas, a escassez de mão de obra e de competências persiste em todos os setores, o acesso aos cuidados de saúde é desigual, em especial nas zonas rurais, e a acessibilidade dos preços da habitação continua a ser motivo de preocupação, especialmente nas grandes cidades e nas regiões costeiras.
- (24) O desempenho da Croácia em matéria de investigação e inovação (I&I) continua a melhorar, mas os progressos são dificultados por desafios estruturais persistentes, em especial pela elevada fragmentação do setor público de I&I. O grande número destas entidades dilui recursos e dificulta a colaboração, resultando em menores realizações da investigação e numa menor margem de colaboração entre as empresas e o meio académico e transferência de tecnologia. A governação do sistema de I&I continua a ser complexa, sendo as responsabilidades políticas repartidas por várias entidades, o que cria desafios em termos de planeamento e execução. Embora a Croácia tenha vindo a executar reformas no âmbito do plano de recuperação e resiliência para reduzir o número de instituições públicas de investigação, seria benéfico aumentar o âmbito, a ambição e o ritmo de execução destes esforços. As disparidades regionais em termos de desempenho em matéria de I&I, sendo a maioria das atividades de I&I realizadas em Zagrebe, ao passo que o apoio específico a polos regionais selecionados, incluindo uma forte ligação à transição industrial, ajudaria a melhorar o desempenho noutras regiões. O nível das despesas públicas em I&D em percentagem do PIB mantém-se abaixo da média da UE e tem vindo a estagnar nos últimos anos. A percentagem das despesas das empresas em I&D e a adoção de regimes de inovação por parte das empresas também continuam a ser muito inferiores à média da UE, sobretudo em algumas regiões, contribuindo para um desempenho insuficiente e uma baixa produtividade na indústria transformadora. O apoio público à I&D das empresas é limitado e fragmentado, e as atividades de transferência de tecnologia continuam a ser reduzidas.
- (25) O financiamento na Croácia continua a ser predominantemente apoiado pelos bancos, com o financiamento baseado no mercado, incluindo a poupança das famílias através dos mercados de capitais, a desempenhar um papel comparativamente menor no financiamento das empresas devido aos níveis ainda baixos de participação direta dos investidores não profissionais, apesar uma certa dinâmica positiva recente, incluindo o êxito das OPI na bolsa de valores de Zagrebe e o interesse dos investidores não profissionais em títulos do Estado. Os investidores institucionais nacionais, como os fundos de pensões e as seguradoras, assumem um papel limitado no financiamento de empresas inovadoras. A dimensão e a liquidez relativamente reduzidas dos mercados

¹⁴ Regulamento (UE) 2025/1914 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2025, que altera os Regulamentos (UE) 2021/1058 e (UE) 2021/1056 no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos no contexto da revisão intercalar.

de capitais nacionais e o financiamento crescente, mas limitado, de capital de risco e participações privadas agravam o déficit de financiamento das empresas inovadoras. As reformas no âmbito do plano de recuperação e resiliência, incluindo o quadro estratégico para o desenvolvimento dos mercados de capitais, procuram promover a diversificação das opções de financiamento. São necessários mais progressos para impulsionar a participação dos investidores não profissionais no mercado de capitais através do reforço da literacia financeira e de produtos de investimento mais acessíveis, da melhoria do ambiente em matéria de capital de risco e de participações privadas, incluindo o incentivo à participação de investidores institucionais, e do reforço da atratividade do mercado bolsista e das condições gerais de investimento através de um melhor governo das sociedades para as empresas cotadas.

- (26) Tal como estabelecido na Bússola para a Competitividade, todas as instituições da UE, nacionais e locais devem envidar os maiores esforços para elaborar regras mais simples e melhorar a celeridade dos procedimentos administrativos. A Comissão estabeleceu objetivos ambiciosos de redução dos encargos administrativos: pelo menos 25 % para todas as empresas e, no caso das PME, pelo menos 35 %. Além disso, criou novos instrumentos para alcançar estes objetivos, incluindo testes de esforço sistemáticos do acervo legislativo da UE e o reforço do diálogo entre as partes interessadas. Na Croácia, a complexidade dos procedimentos administrativos é considerada problemática por parte de 66 % das empresas que operam na Croácia. Os desafios estruturais continuam a afetar o ambiente empresarial da Croácia, uma vez que a escassez de mão de obra e de competências, a complexidade regulamentar e as ineficiências administrativas constituem grandes restrições ao investimento e ao crescimento. Os processos de licenciamento continuam a ser particularmente onerosos, com prazos longos para as licenças de construção e ambientais, nomeadamente para projetos de construção de centrais e de descarbonização na indústria transformadora, juntamente com procedimentos fragmentados entre as autoridades e uma interoperabilidade limitada dos registos digitais. Os atrasos de pagamento entre empresas agravaram-se, tendo a Croácia registado o prazo médio de pagamento mais longo entre empresas na UE. As medidas previstas no plano de recuperação e resiliência para digitalizar a administração pública, promover a concorrência e simplificar os procedimentos constituem progressos significativos neste sentido. No entanto, seria benéfico aumentar o âmbito, a ambição e o ritmo da simplificação regulamentar e da modernização administrativa.
- (27) São igualmente necessários mais progressos na eficiência do sistema judicial, uma vez que os processos nos tribunais civis e comerciais continuam a ser dos mais longos da UE. Nos últimos anos, a Croácia avançou com reformas e investimentos, nomeadamente em matéria de digitalização da justiça, fortemente apoiados pelo plano de recuperação e resiliência. Ainda assim, a Croácia continua a ser um dos Estados-Membros com o atraso e a duração mais significativos dos processos em matéria civil e comercial. Uma vez que este aspeto afeta o ambiente empresarial e a competitividade, seria benéfico que a Croácia continuasse a melhorar a eficiência na resolução de processos judiciais em matéria civil e comercial, em especial por via da aplicação de reformas adicionais, nomeadamente através de eventuais reformas da gestão de processos.
- (28) A fragmentação territorial da Croácia afeta a eficiência da sua administração pública e agrava as disparidades regionais. Existe um desequilíbrio entre as responsabilidades e os recursos, bem como entre a capacidade administrativa e financeira a nível local para absorver o financiamento e prestar serviços de qualidade. Tal contribui para a

qualidade desigual dos serviços públicos prestados e aumenta os custos administrativos, uma vez que muitas administrações públicas locais pequenas não dispõem de recursos financeiros e administrativos adequados para prestar serviços. Embora as medidas no âmbito do plano de recuperação e resiliência tenham proporcionado incentivos financeiros para estimular as fusões de unidades da administração local, a adoção destes incentivos continua a centrar-se principalmente na fusão de funções, com impacto limitado em termos de fusões efetivas. Seria benéfico aumentar o âmbito dos incentivos, juntamente com eventuais medidas legislativas para assegurar a realização de fusões efetivas. Além disso, a transposição para o nível local dos esforços ao nível nacional, como a introdução de um sistema de remuneração transparente, bem como o recrutamento e a promoção baseados nas competências, poderia ajudar a melhorar a qualidade dos serviços públicos.

- (29) A cobertura de banda larga nas zonas rurais e insulares ainda está aquém das médias da UE. Embora a percentagem de empresas croatas que citam as infraestruturas digitais como um obstáculo tenha diminuído para 36 % em 2025, a cobertura das redes de capacidade muito elevada (78,9 %) e as redes de capacidade muito elevada rurais (49,1 %) permanecem abaixo das médias da UE de 82,5% e 61,9%, respetivamente. Persiste uma lacuna significativa na cobertura de fibra até às instalações em zonas rurais, que, com 44,4 %, continua a ser muito inferior à média da UE de 58,8 %, e na cobertura 5G em banda média, que atinge apenas 8,5 % nas zonas rurais, em comparação com os 26,2 % da UE. Os contratemplos na execução de projetos de infraestruturas de banda larga e de ligação intermédia para as povoações rurais e suburbanas, juntamente com um défice de financiamento remanescente e estrangulamentos estruturais, como procedimentos de licenciamento complexos, condicionalismos em matéria de ordenamento do território e problemas pendentes em matéria de infraestruturas preexistentes, atrasam a transição digital.
- (30) Em 2025, a Croácia tinha o sexto preço grossista da eletricidade mais elevado na UE, prejudicando a competitividade dos custos, a descarbonização e a eletrificação. A capacidade solar instalada aumentou fortemente, mas a quota de energia solar na produção de eletricidade continua a ser baixa, situando-se em menos de 8 %. Neste contexto, uma implantação mais rápida de novas capacidades de energias renováveis e soluções de flexibilidade não baseadas em combustíveis fósseis poderia ajudar a reduzir os preços grossistas da eletricidade. Em 27 de abril de 2026, a entidade reguladora croata da energia adotou taxas de ligação à rede atualizadas, que poderão acelerar a implantação das energias renováveis. Um maior apoio à implantação das energias renováveis, incluindo o hidrogénio verde, poderá ajudar a reduzir a elevada intensidade de gases com efeito de estufa da indústria croata, especialmente se fizer parte de um conjunto coerente de medidas de descarbonização da indústria que inclua, nomeadamente, também a captura e o armazenamento de carbono e a promoção da procura de produtos industriais hipocarbónicos. O aumento do investimento na rede elétrica para além dos investimentos incluídos no plano croata de recuperação e resiliência será crucial para promover a adoção de energias renováveis na Croácia. A curto prazo, tal exigirá medidas para incentivar projetos híbridos de armazenamento e energias renováveis. Até 2024, 34 % dos consumidores domésticos dispunham de contadores inteligentes, o que é significativamente inferior ao objetivo da UE de 80 %. Para poder tirar pleno partido do aumento da utilização das energias renováveis, será necessário um financiamento significativo para a implantação de contadores inteligentes para além das medidas previstas no plano de recuperação e resiliência, bem como contratos dinâmicos, a fim de capacitar os consumidores e promover a resposta da procura. Em 2025, foram tomadas medidas limitadas para simplificar os

procedimentos administrativos para as energias renováveis no âmbito da Lei relativa às fontes de energia renováveis, mas os procedimentos de licenciamento e de ligação à rede continuam fragmentados e, em alguns casos, pouco claros. Uma maior racionalização do licenciamento e da ligação à rede poderia também ajudar na implantação de sistemas fotovoltaicos em prédios de apartamentos, bem como nas comunidades de energia, uma vez que a adoção continua a ser negligenciável e os procedimentos complexos.

- (31) São necessárias medidas de eficiência energética para manter a dinâmica positiva criada pelo quadro de financiamento da UE e acelerar os progressos em matéria de: i) renovação de edifícios, ii) oferta de habitação eficiente do ponto de vista energético, em especial a habitação social e a preços acessíveis, e iii) substituição das caldeiras a gás e a petróleo por bombas de calor e outras soluções mais eficientes e ecológicas. No entanto, são necessários maiores esforços para além do financiamento da UE para alcançar as metas de descarbonização dos edifícios, dada a grande percentagem do parque imobiliário que ainda necessita de renovação, especialmente no que diz respeito aos prédios de apartamentos. Os programas de renovação são executados principalmente através de subvenções, deixando um défice significativo de investimento privado, o que contribui para economias de energia limitadas no setor residencial entre 2019 e 2024. Por conseguinte, a redução da dependência global das subvenções e a transição para instrumentos financeiros podem maximizar o impacto dos fundos públicos, ao passo que o apoio sob a forma de subvenções deve ser mais bem orientado para os agregados familiares mais vulneráveis e os edifícios ineficientes do ponto de vista energético.
- (32) O transporte rodoviário é o modo de transporte mais utilizado na Croácia, tanto para passageiros como para mercadorias, e as suas emissões aumentaram 42 % desde 2005, um dos maiores aumentos na UE. As reformas e os investimentos no âmbito do plano de recuperação e resiliência e a política de coesão da Croácia já contribuem para a modernização das infraestruturas ferroviárias, a promoção dos transportes ecológicos e a implantação de sistemas de transporte inteligentes. No entanto, continuam a ser necessários esforços sustentados. A modernização das infraestruturas de transportes e do material circulante ferroviário, o aumento da utilização dos transportes públicos e uma maior ecologização dos mesmos, a integração de diferentes modos de transporte nas zonas urbanas, a promoção da mobilidade ativa e a criação de sistemas de transporte inteligentes podem contribuir significativamente para a descarbonização do setor dos transportes, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e reduzir a poluição atmosférica nos centros urbanos. A promoção da adoção de veículos com nível nulo de emissões, nomeadamente através de incentivos fiscais específicos para os veículos de empresa e do reforço das infraestruturas de carregamento nas zonas urbanas, a fim de as tornar mais funcionais, acessíveis e a preços comportáveis, poderia ajudar a aumentar a percentagem de veículos elétricos, que, em 2025, continuava a ser uma das mais baixas da UE. Em 2024, a Croácia tinha, de longe, a quota mais baixa de energias renováveis nos transportes da UE, na sequência de um declínio em 2022 devido a regras aplicáveis aos biocombustíveis que reduziram as sanções para os fornecedores de combustíveis por não misturarem biocombustíveis nos combustíveis para transportes. Esta redução temporária das sanções expirou em janeiro de 2026, o que deverá ajudar a inverter a recente diminuição da quota de energias renováveis nos transportes. Os subsídios aos combustíveis fósseis que não abordam a pobreza energética de forma direcionada nem respondem a verdadeiras preocupações em matéria de segurança energética, dificultam a eletrificação e não são cruciais para a competitividade industrial podem ser consideradas prioritárias para

uma eliminação progressiva. Na Croácia, os subsídios aos combustíveis fósseis, incluindo o reimposto limite máximo de emergência aplicado aos preços dos produtos petrolíferos, introduzido em março de 2026 nas estações de serviço fora da autoestrada, bem como o reembolso parcial dos impostos especiais sobre o consumo de gasóleo nos transportes comerciais, são economicamente ineficientes, perpetuam a dependência dos combustíveis fósseis e desincentivam a eletrificação e a transição para veículos com nível nulo de emissões e outras soluções sustentáveis.

- (33) Tendo em conta a sua exposição aos riscos relacionados com o clima e o seu crescente impacto económico, a Croácia beneficiaria igualmente da rápida aplicação, de uma melhor coordenação e de um acompanhamento sistemático das políticas de adaptação e de gestão sustentável da água, em todos os setores e níveis, assentes em investimentos em infraestruturas estratégicas baseados na natureza e resistentes às alterações climáticas, nomeadamente nas zonas costeiras e insulares. Uma vez que a cobertura de seguros contra eventos relacionados com as condições meteorológicas e o clima continua a ser uma das mais baixas da UE, situando-se em cerca de 2 %, é necessário criar incentivos mais fortes para seguros contra os riscos climáticos, em especial no que diz respeito a inundações e incêndios.
- (34) Os progressos no sentido de uma economia circular continuam a ser lentos, com elevadas taxas de deposição em aterro, diferenças significativas ao nível distrital na recolha seletiva de resíduos urbanos, atrasos na conclusão das infraestruturas de gestão de resíduos e utilização circular de materiais muito abaixo da média da UE. Embora a Croácia esteja a melhorar gradualmente o seu quadro estratégico e jurídico para melhorar a gestão dos resíduos e a economia circular, a sua aplicação continua atrasada, com um impacto negativo tanto no ambiente como na competitividade. É necessário melhorar a taxa de utilização circular de materiais para reduzir o impacto da utilização de materiais no ambiente, aumentando simultaneamente a independência estratégica da Croácia em relação às matérias-primas importadas. Também seria benéfico que a Croácia investisse mais em centros de reparação e reutilização e adotasse medidas, incentivos ou benefícios fiscais para integrar matérias-primas secundárias em novos produtos.
- (35) Tendo em conta o papel crucial do capital humano no reforço da competitividade e da autonomia estratégica da União, em 2026, o Conselho recomendou que os Estados-Membros tomassem medidas para dar urgentemente resposta aos desafios estruturais relacionados com o capital humano nos domínios das competências e da educação, que prejudicam a competitividade. As recomendações específicas por país de 2026 dirigidas à Croácia podem contribuir para a aplicação da Recomendação do Conselho sobre o capital humano na União.
- (36) Continuam a registar-se tendências positivas no mercado de trabalho croata, embora os persistentes desafios estruturais e regionais afetem a competitividade e o potencial de crescimento. Muitos setores são afetados pela escassez de mão de obra e de competências. Embora a taxa de emprego tenha atingido um nível recorde, colmatando o fosso em relação à média da UE e aproximando-se da meta da Croácia para 2030, continua a ser particularmente baixa para os grupos vulneráveis, como os idosos, os trabalhadores pouco qualificados e as pessoas com deficiência. A disparidade na taxa de emprego das pessoas com deficiência continua a ser uma das mais elevadas da UE. No entanto, as disparidades regionais no que respeita à participação no mercado de trabalho continuam a ser substanciais. A participação limitada na educação de adultos, especialmente fora dos grandes centros urbanos, condiciona as competências pertinentes para o mercado de trabalho e contribui para a inadequação das

competências, que permanece acima da média da UE. A Croácia está a aplicar medidas para dar resposta às necessidades do mercado de trabalho, apoiadas pelo plano de recuperação e resiliência e pelo Fundo Social Europeu Mais. Estas medidas incluem políticas ativas do mercado de trabalho, programas de melhoria de competências e de requalificação e reformas para uma melhor integração dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho. No entanto, estes esforços devem ser intensificados e tornados mais eficazes, visando melhor os grupos vulneráveis, colmatando as lacunas de formação e assegurando o alinhamento da formação com as necessidades do mercado de trabalho, incentivando a participação na educação de adultos e melhorando as competências pertinentes para o mercado de trabalho, nomeadamente através de programas curriculares de elevada qualidade em vários níveis de ensino. A plena aplicação da reforma do sistema educativo é essencial para alcançar uma maior participação na educação e acolhimento na primeira infância (EAPI) e mais tempo de ensino nas escolas, reforçando as competências básicas e proporcionando uma melhor base para o prosseguimento da educação e a aquisição de competências. Os atrasos na conclusão das infraestruturas necessárias impedem a aplicação atempada de um modelo de ensino de um dia inteiro, que deveria aumentar o número de horas de instrução e melhorar as competências básicas, ao passo que continua a não haver uma avaliação dos progressos da aplicação experimental. São necessários esforços continuados para aumentar a percentagem de professores qualificados, em especial professores de EAPI e professores de física e outras disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), a fim de fazer face à persistente escassez de professores que pode comprometer a qualidade do ensino, especialmente em zonas remotas e rurais.

- (37) Apesar dos progressos e dos esforços políticos, a Croácia enfrenta desafios sociais significativos. As taxas de pobreza e de desigualdade de rendimentos diminuíram em alguns grupos, nomeadamente as crianças, mas continuam a ser elevadas, em especial entre os idosos, as pessoas com deficiência e as pessoas que vivem em zonas rurais, e os progressos na consecução da meta nacional de redução da pobreza para 2030 são lentos. O impacto das transferências sociais, excluindo as pensões, na redução da pobreza é um dos mais fracos da UE e a adequação e a cobertura dos regimes de rendimento mínimo e das prestações de desemprego continuam a ser limitadas. As recentes alterações à lei das pensões, incluindo uma fórmula de indexação mais favorável, a introdução de um complemento de pensão anual, aumentos da pensão mínima e prestações por uma vida ativa mais longa, deverão contribuir para melhorar a adequação das pensões. O acesso a cuidados de longa duração continua a ser insuficiente, com acesso limitado a cuidados domiciliários e de proximidade em relação à procura crescente, aos elevados custos diretos e às necessidades de cuidados não satisfeitas entre as pessoas idosas, que estão entre as mais elevadas da UE. Esta situação coloca encargos desproporcionados com a prestação de cuidados aos cuidadores informais, especialmente às mulheres, reduzindo a sua participação no mercado de trabalho. Enfrentar estes desafios contribuiria para uma convergência social ascendente.
- (38) Os esforços para abordar a sustentabilidade, a disponibilidade e a qualidade dos cuidados de saúde estão em curso, mas continuam a ser lentos a traduzir-se em melhores resultados em matéria de saúde e poderiam ser mais bem direcionados, ao passo que a prevenção tem recebido pouca atenção. A distribuição desigual dos profissionais de saúde continua a ser um obstáculo importante ao acesso aos cuidados de saúde nas ilhas e nas zonas remotas e rurais. A resolução da escassez de mão de obra exige um aumento do número de trabalhadores do setor da saúde e a melhoria da

formação, do recrutamento e da retenção, prestando especial atenção às disparidades geográficas. Embora a saúde em linha esteja a ser reforçada, a percentagem da população que recorre aos serviços de saúde em linha continua a ser uma das mais baixas da UE. A mortalidade evitável diminuiu apenas ligeiramente ao longo da última década e exige medidas mais bem orientadas para os principais fatores de risco comportamentais, bem como uma maior coordenação em toda a administração pública, para além do setor da saúde, a fim de prevenir ou atrasar o aparecimento de doenças.

- (39) A acessibilidade dos preços da habitação na Croácia continua a ser motivo de preocupação. A oferta é limitada por uma elevada percentagem de habitações desocupadas e de arrendamentos de curta duração, especialmente nas principais cidades e zonas costeiras, com aumentos de preços que correspondem globalmente ao aumento do rendimento, dificultando a acessibilidade dos preços. A Croácia adotou um plano nacional para a política de habitação até 2030 e já aplicou algumas das medidas do plano, incluindo reformas do imposto sobre a habitação, mas são necessárias mais reformas para melhorar o mercado da habitação e aumentar a acessibilidade dos preços. A aplicação eficaz e coordenada do plano para a política de habitação, em especial as medidas pertinentes a nível local para reforçar a oferta de habitação em zonas de elevada procura e ativar habitações desocupadas, melhoraria a habitação a preços acessíveis. A Croácia também carece de um quadro de acompanhamento a nível nacional para a habitação social, que é descentralizado e gerido a nível local. Embora os órgãos de poder local estejam bem posicionados para determinar as necessidades locais de habitação social, um quadro nacional de acompanhamento permitiria captar melhor os desafios em matéria de habitação para os grupos vulneráveis em todo o país e fundamentar uma ação política adequada em matéria de habitação social e a preços acessíveis.
- (40) Tendo em conta a estreita interligação entre as economias dos Estados-Membros da área do euro e o seu contributo coletivo para o funcionamento da União Económica e Monetária, o Conselho recomendou em 2026 que esses Estados-Membros tomassem medidas, nomeadamente no contexto dos seus planos de recuperação e resiliência, para dar execução à recomendação de 2026 sobre a política económica da área do euro. Relativamente à Croácia, a recomendação (1) ajuda a aplicar a primeira, a segunda e a terceira recomendações para a área do euro, a recomendação (2) ajuda a aplicar a quarta recomendação para a área do euro, a recomendação (3) ajuda a aplicar a sétima, a nona e a décima recomendações para a área do euro, a recomendação (4) ajuda a aplicar a sétima recomendação para a área do euro e a recomendação (5) ajuda a aplicar a quinta recomendação para a área do euro.

RECOMENDA QUE a Croácia adote medidas em 2026 e 2027, no sentido de:

1. Tendo em conta o desvio significativo registado até 2025 e previsto para 2026 pela Comissão em relação ao limite máximo de despesas líquidas recomendadas, tomar medidas para controlar as despesas líquidas, de modo a respeitar as taxas máximas de crescimento recomendadas pelo Conselho em 21 de janeiro de 2025, recorrendo simultaneamente à flexibilidade prevista na cláusula de derrogação nacional para o aumento das despesas com a defesa. Reforçar as despesas com a defesa e a prontidão, assegurando simultaneamente a eficiência das despesas e adaptando gradualmente o orçamento para manter um aumento estrutural das despesas com a defesa. Assegurar que quaisquer medidas tomadas para atenuar o impacto do aumento dos preços da energia resultante da crise sejam temporárias, visem proteger os agregados familiares vulneráveis ou dar resposta às necessidades das empresas

com utilização intensiva de energia, preservem os incentivos à poupança de energia, garantindo simultaneamente que o seu custo orçamental seja compatível com os compromissos assumidos no âmbito do quadro orçamental da UE. Melhorar a eficiência da despesa pública, reforçando o papel das revisões regulares da despesa pública e integrando-as no quadro orçamental. Analisar a eficácia das despesas fiscais. Continuar a fazer avançar a reforma da tributação recorrente de imóveis, completando as infraestruturas administrativas necessárias e introduzindo um sistema baseado no valor.

2. Assegurar a continuidade das reformas e dos investimentos executados ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Manter a dinâmica de execução no âmbito dos programas da política de coesão, aproveitando, sempre que adequado, a reafetação a prioridades estratégicas e as flexibilidades previstas na revisão intercalar do quadro da política de coesão.
3. Promover a consolidação, a colaboração e, se for caso disso, a fusão dos institutos públicos de investigação e das universidades. Promover os investimentos, a coordenação e a governação em matéria de I&I, tendo simultaneamente em conta as disparidades regionais. Continuar a melhorar o acesso a financiamento diversificado e aprofundar os mercados de capitais, facilitando ainda mais a participação dos investidores não profissionais e institucionais, expandindo o capital de risco, eliminando os obstáculos à cotação e reforçando o governo das sociedades. Simplificar a regulamentação e reduzir os encargos administrativos através de uma melhor coordenação entre os níveis de governo e da integração de ferramentas digitais, bem como racionalizar o licenciamento para apoiar a transição para uma indústria limpa. Fundir as funções da administração pública a nível local e/ou os municípios e melhorar a gestão dos recursos humanos. Continuar a melhorar a eficiência do sistema judicial. Acelerar a implantação da banda larga em zonas mal servidas, em especial nas zonas rurais e insulares.
4. Acelerar a implantação das energias renováveis para reduzir os preços grossistas da eletricidade, modernizando as redes elétricas e investindo no armazenamento de eletricidade. Promover a implantação de contadores inteligentes e contratos dinâmicos. Racionalizar os procedimentos de licenciamento e de ligação à rede para as energias renováveis e as comunidades energéticas. Acelerar as medidas de eficiência energética e promover soluções eficientes e ecológicas para o aquecimento e o arrefecimento. Promover o transporte urbano sustentável, o transporte ferroviário e a eletrificação do transporte rodoviário. Eliminar progressivamente os subsídios aos combustíveis fósseis, em especial no setor dos transportes. Fazer face aos riscos resultantes de perigos naturais, melhorando a governação, investindo na resiliência às alterações climáticas e criando incentivos para seguros contra os riscos climáticos. Continuar a promover a economia circular.
5. Reduzir a escassez de mão de obra e de competências, eliminando os obstáculos à participação no mercado de trabalho, reforçando a educação a todos os níveis, em especial no que diz respeito às competências básicas e em CTEM, e assegurando um número suficiente de professores qualificados. Reforçar a melhoria de competências e a requalificação e melhorar a aprendizagem no trabalho. Orientar melhor as políticas ativas do mercado de trabalho para os grupos vulneráveis e intensificar os esforços para atrair, desenvolver e reter talentos. Reduzir a pobreza e a desigualdade de rendimentos, aumentando a adequação das prestações sociais, mantendo simultaneamente a sustentabilidade orçamental através de uma melhor orientação. Melhorar o acesso aos cuidados formais de longa duração no domicílio e de

proximidade. Equilibrar a distribuição geográfica dos profissionais e das instalações de saúde, investir na saúde em linha e reforçar a prevenção. Aumentar a oferta de habitação em zonas de elevada procura e melhorar o acompanhamento da habitação social e a preços acessíveis.

Feito em Bruxelas, em

*Pelo Conselho
O Presidente*